POVO LIVRE

DEFENDEMOS A APROXIMAÇÃO ENTRE POVOS QUE QUEREM A PAZ

Luís Montenegro encontrou-se com Xi Jinping, em Pequim

08 PARLAMENTO EUROPEU

HÉLDER SOUSA SILVA PARTICIPOU NO ERASMUS CAMPUS - O BOOTCAMP DA TRANSIÇÃO DIGITAL

O eurodeputado eleito pelo PSD defendeu, em Marvão, que as competências digitais são "a base da cidadania, da democracia e da empregabilidade no século XXI"

11 LOCAIS

COIMBRA INSTALA CONTROLO AUTOMÁTICO EM RUAS COM ACESSO CONDICIONADO NA BAIXA

O Município investiu cerca de meio milhão de euros para instalar um sistema automático de controlo de entrada e saída de viaturas em ruas já com acesso automóvel condicionado na Baixa da cidade

12 REGIONAIS

EUGÉNIA LEAL APRESENTA EQUIPA FOCADA EM PLANO PARA A DÉCADA EM VILA FRANCA O CAMPO

A cabeça de lista do PSD/Açores à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Eugénia Leal, apresentou a equipa com que conta focada "num plano para uma década" na construção de uma "Capital de futuro"

LISBOA: DA SENSIBILIDADE DO LUTO À RESPONSABILIDADE DE PREPARAR O FUTURO

É evidente que um acontecimento desta gravidade exige uma análise rigorosa e responsável. As responsabilidades devem ser apuradas com seriedade, respeitando os factos e os tempos próprios da investigação e da justiça.

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

O acidente trágico do elevador da Glória, em Lisboa, marcou profundamente esta semana. A consternação profunda perante a perda de vidas, a angústia das vítimas que sobreviveram, merecem-nos o respeito mais profundo, a solidariedade mais sincera. Às famílias das pessoas que pereceram, às vítimas que sobreviveram e aos familiares e amigos, presto a minha homenagem e endereço um abraço sentido.

Agora, é tempo de agir, com rigor, responsabilidade e determinação. Ao mesmo tempo que se apuram as causas daquele acidente, é imperioso preparar o futuro.

É evidente que um acontecimento desta gravidade exige uma análise rigorosa e responsável. As responsabilidades devem ser apuradas com seriedade, respeitando os factos e os tempos próprios da investigação e da justiça.

Todavia, pela relevância que o elevador da Glória tem para a mobilidade no centro de Lisboa – sem esquecer o seu significado histórico e simbólico – é

fundamental começar a desenhar a melhor solução para aquele equipamento, com o envolvimento dos técnicos municipais e de especialistas das mais diferentes áreas relacionadas.

Sei que é este o pensamento que está presente na ação do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e nosso companheiro, Carlos Moedas, que tem enfrentado a situação com coragem e profunda sensibilidade, sendo bem merecedor do nosso apoio e reconhecimento.

A voragem mediática e a dimensão de ataques políticos, muito motivados pela proximidade do período eleitoral, dificultam este processo, mas sabemos bem que há, nos autarcas do PSD, um foco inabalável em implementar uma ação política séria, comprometida com o bem comum, orientada para servir as pessoas.

É essa forma de trabalhar que se vai tornar evidente e que, mais uma vez, vai justificar a confiança dos cidadãos.

ELEVADOR DA GLÓRIA EM LISBOA

**“ESTE TRÁGICO ACIDENTE
NÃO TEM NACIONALIDADE”**

O Primeiro-Ministro garantiu celeridade nas averiguações para apurar a causa do acidente do Elevador da Glória.

Numa declaração à comunicação social, no final da reunião do Conselho de Ministros, dia 4, ao lado do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, que participou na parte final do encontro, Luís Montenegro começou por elogiar a resposta rápida das organizações de socorro.

“Esta resposta rápida permitiu salvar vidas e, acima de tudo, por via disso, evitar que a tragédia assumisse ainda proporções maiores e mais devastadoras”, afirmou, na residência oficial, em São Bento.

Quanto às investigações em curso, o Primeiro-Ministro anunciou que seriam *“dados todos os detalhes das diligências que foram efetuadas e que se encontram em curso por parte do diretor nacional da Polícia Judiciária, do Presidente do Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses, do diretor executivo*

do Serviço Nacional de Saúde e do responsável pelo Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes Aéreos e Ferroviários”.

“A TAP já se disponibilizou também para prestar todo o apoio, quer no transporte para território nacional de familiares, de cidadãos nacionais ou estrangeiros que se encontrem fora do nosso país, quer para repatriar feridos e mesmo trasladar os corpos das vítimas mortais”, afirmou.

Luís Montenegro disse ainda que o Instituto de Registo e Notariado iria disponibilizar uma equipa em Lisboa para poder acelerar os registos de óbito e garantir um atendimento prioritário.

O Primeiro-Ministro transmitiu também que o Governo está em contacto com as famílias das vítimas nacionais e estrangeiras,

nomeadamente através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, *“sempre que haja lugar à identificação das pessoas e das nacionalidades que vão sendo confirmadas”.*

“Este trágico acidente que afetou o nosso país ultrapassa fronteiras e é uma dor que não tem nacionalidade”, disse, agradecendo todas as mensagens de solidariedade e condolências por parte de vários chefes do Governo e de Estado da União Europeia, bem como do presidente do Conselho Europeu, o ex-primeiro-ministro António Costa, e as presidentes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu.

O Governo decretou um dia de luto nacional pela tragédia do Ascensor da Glória, em Lisboa, cumprido no dia 4 de setembro de 2025.

Câmara de Lisboa exige à Carris investigação externa independente

O Presidente da Câmara de Lisboa disse que pediu à empresa municipal Carris para que seja realizada "uma investigação externa independente", além do inquérito interno, para apurar as responsabilidades do descarrilamento do elevador da Glória.

"Tudo o que se possa dizer neste momento é mera especulação. A cidade precisa de respostas. Sou, em nome dos lisboetas, o primeiro interessado em que tudo, tudo, seja apurado", afirmou Carlos Moedas, referindo que pediu ao Presidente da Carris que, além de uma investigação interna, abrisse "uma investigação externa independente que apure todas as responsabilidades no mais curto espaço de tempo".

O Presidente da Câmara sublinhou

que, neste momento, a prioridade é acompanhar as famílias: "Quero aqui garantir que a empresa responsável [Carris] dará todo o apoio às famílias".

"A minha preocupação está com as vítimas, os feridos nos hospitais, as famílias que perderam os seus entes queridos. Não há palavra para tamanha dor", reforçou.

O autarca de Lisboa agradeceu ao Governo o apoio prestado, assim como o trabalho das equipas municipais e nacionais, "que chegaram ao local em escassos minutos depois do acidente, que trabalharam de forma absolutamente extraordinária e em coordenação total".

Esse agradecimento foi estendido aos colegas autarcas, em especial na região de Lisboa, que imedia-

tamente se disponibilizaram para ajudar, aos chefes de Estado e do Governo e autarcas de vários países da Europa, ao presidente do Conselho Europeu, à presidente da Comissão Europeia e à presidente do Parlamento Europeu, que o contactaram na sequência deste acidente.

"Este é o momento de respeitar as vítimas mortais e as suas famílias. É o momento de cuidar dos feridos. Eu estarei sempre ao lado dos lisboetas nos bons e nos maus momentos", expressou Carlos Moedas, numa breve declaração em que começou por dizer que "hoje é mais um dia de luto para Lisboa, para os lisboetas".

O elevador da Glória, em Lisboa, descarrilou, pelas 18h04, de quarta-feira. O descarrilamento provocou 16 vítimas mortais.

PORTUGAL ACREDITA NO APELO A XI JINPING PARA CONSTRUIR PAZ DURADOURA NA UCRÂNIA

O Primeiro-Ministro conta com a relação próxima entre a China e a Rússia para construir uma paz duradoura na Ucrânia.

Luís Montenegro, que iniciou na terça-feira, dia 9 de setembro, uma visita oficial à China, foi questionado pelos jornalistas na Cidade Proibida sobre que eco teve de Xi Jinping, depois de ter dito no encontro com o Presidente da China que contava com o contributo deste país para, pela “relação próxima que mantém com a Federação Russa”, se “construir uma paz justa e duradoura na Ucrânia”.

“Eu creio que o apelo, vindo de um país amigo, vindo de um país da União Europeia, vindo de um país, como o Sr. Presidente Xi Jinping enfatizou também, que tem uma identidade de valores e de percurso, não cairá em saco roto”, afirmou.

Dizendo não poder responder pelo Presidente da República Popular da China, Luís Montenegro manifestou-se convicto de que Portugal tem feito o que lhe é exigido quanto

a este conflito. “A minha convicção é que, à nossa dimensão e sem nenhum tipo de pretensiosismo, nós fazemos aquilo que se exige a uma nação com a história e com a respeitabilidade internacional que Portugal tem. Nós somos construtores de pontes, nós somos protagonistas da aproximação entre povos, nós somos defensores da paz, defensores dos valores, do respeito pelos direitos das pessoas”, sublinhou.

Luís Montenegro considerou que, no encontro com Xi Jinping, se limitou “a ser franco, leal e direto no apelo” para que a capacidade de influência da China possa ser desenvolvida e “trazer resultados práticos” para a Ucrânia. “Nós temos uma diplomacia atuante e que ganha crédito para que eu possa falar em nome do país, apelando a este sentido de responsabilidade coletiva à escala global”, considerou, enfatizando que o país

tem um português que é Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, outro que é presidente do Conselho Europeu, António Costa, e outro que foi dez anos presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso.

O Primeiro-Ministro afirmou que Portugal “mantém um diálogo aberto” com a China, que classificou como “parceiro” em muitos domínios. “Eu não tenho nenhum problema em dizer isto, ao mesmo tempo que garanto a Portugal e aos nossos cidadãos que nós somos um país com uma posição e intervenção no âmbito da União Europeia, dos nossos parceiros da NATO, e hoje também no âmbito da coligação da boa vontade que procura garantir uma paz justa e duradoura na Ucrânia”, frisou.

Luís Montenegro defendeu que, “independentemente de muitas diferen-

ças” que Portugal tem com “algumas perspectivas da China”, este país “e o seu presidente têm afirmado valores como o multilateralismo, valores como o respeito pelo direito internacional”. “Com isso também significando o respeito pelos direitos humanos, o respeito pelo acesso de todos os cidadãos a patamares de realização, de desenvolvimento, que se coadunam com os valores que nós preconizamos em Portugal”, considerou.

Depois de uma visita à Cidade Proibida, o chefe do Governo português seguiu para um encontro de trabalho com o homólogo chinês, Li Qiang, no Grande Palácio do Povo, e seguiu para a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

Visita do Primeiro-Ministro à China e ao Japão

O Primeiro-Ministro deslocou-se à República Popular da China, passou por Macau, e foi ao Japão, com paragens em Tóquio e na Expo Osaka. Integraram a comitiva, do lado do Governo, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, e o Ministro da Economia e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, além da presidente da AICEP, Madalena Oliveira e Silva.

A visita arrancou em Pequim, na terça-feira, com encontros com o Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, com o Presidente da Assembleia Popular Nacional, Zhao Leji, e com o Primeiro-Ministro chinês, Li Qiang. O programa incluiu ainda uma homenagem no Monumento aos Heróis do Povo, a assinatura de instrumentos jurídicos bilaterais e um jantar oficial.

Na quarta-feira, em Macau, o Primeiro-Ministro reuniu-se com o Chefe do Executivo, Sam Hou-fai, visitou a Escola Portuguesa e ofereceu uma recepção à comunidade portuguesa, na Residência do Consulado-Geral

de Portugal.

A visita ao Japão terá início na quinta-feira em Tóquio, onde Luís Montenegro se reúne com o Primeiro-Ministro japonês, Shigeru Ishiba. O programa inclui uma conferência de imprensa conjunta, um encontro no Keidanren (Federação Empresarial Japonesa), com a participação de altos representantes de empresas multinacionais japonesas, bem como um encontro com os atletas portugueses que participam no Campeonato Mundial de Atletismo.

A deslocação termina em Osaka, com a visita ao Pavilhão de Portugal na Expo 2025. A Expo Osaka finda no dia 13 de outubro e Portugal é um dos 161 países presentes na exposição dedicada ao tema: “Desenhar as Sociedades do Futuro para as Nossas Vidas”. A participação portuguesa na exposição tem como tema “Oceano: Diálogo Azul”, contando com o envolvimento de mais de 150 empresas, associações, autarquias e artistas nacionais.

HÉLDER SOUSA SILVA PARTICIPOU NO ERASMUS CAMPUS - O BOOTCAMP DA TRANSIÇÃO DIGITAL

Eurodeputado Hélder Sousa Silva defendeu, em Marvão, que as competências digitais são “a base da cidadania, da democracia e da empregabilidade no século XXI”, sublinhando que “o futuro digital da Europa será tão democrático e competitivo quanto a capacidade da nova geração para liderar esta mudança”.

O eurodeputado português participou como orador no painel “*Competências Digitais para o Século XXI*”, integrado no Erasmus Campus – O Bootcamp da Transição Digital, que decorreu nos dias 28 e 29 de agosto, na Quinta dos Olhos d’Água, em Marvão. A sessão foi moderada por um dos jovens mentores e contou também com a participação de Rita Serra, Education Lead da Microsoft Portugal, e de Gustavo Cardoso, professor do ISCTE. Promovida pela Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação e pela Comissão

Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, a iniciativa reuniu jovens nacionais e lusodescendentes, entre os 16 e os 26 anos, para debater a transição digital e reforçar a cidadania ativa. O projeto contou ainda com o apoio da Associação de Municípios da Serra de São Mamede, da Câmara Municipal de Marvão e do Instituto Politécnico de Portalegre. Na sua intervenção, Hélder Sousa Silva lembrou que, como membro da Comissão da Cultura e da Educação (CULT) do Parlamento Europeu, acompanha programas

decisivos como o Erasmus+ e a Estratégia Europeia para a Juventude, frisando que “*preparar os jovens para os desafios digitais é também uma questão de democracia e coesão social*”. O eurodeputado alertou para o défice de competências digitais na Europa e em Portugal, recordando que, de acordo com o Relatório Draghi, 54% das empresas europeias enfrentam falta de competências básicas e que, em Portugal, o problema atinge 84% das empresas.

Sublinhando as metas da União Europeia para 2030 – 80% da po-

pulação com competências digitais básicas e 20 milhões de especialistas em TIC -, defendeu que Portugal deve aproveitar plenamente programas como o Erasmus+, o Pacto para as Competências, o PRR e a Década Digital para reforçar a ligação entre escolas, universidades, empresas e território. “*Os jovens são os primeiros a sentir o impacto da transformação digital e os que mais podem beneficiar dela. Cabe-lhes usar estas oportunidades para construir uma sociedade mais justa, democrática e sustentável*”, concluiu.

ACORDO COMERCIAL UE-EUA É “UM MAL MENOR” QUE PROTEGE OS INTERESSES EUROPEUS

A eurodeputada Lúcia Pereira reagiu ao acordo alcançado entre a União Europeia e os Estados Unidos, assinado a 27 de julho e explicado ao Parlamento Europeu no início de setembro, à Comissão de Comércio Internacional.

PSD
NO PARLAMENTO EUROPEU

**Carta da
Europa**

Na perspetiva da social-democrata, “não sendo um bom acordo, é preferível o entendimento político que foi alcançado, a não existir qualquer acordo”. Na sequência da reunião da Comissão de Comércio Internacional em que participou a Diretora-Geral do Comércio da Comissão Europeia, Sabine Weyand, Lúcia Pereira reconheceu que o acordo “está longe de corresponder às ambições europeias, mas consegue evitar uma escalada de tensões comerciais que teria impactos dramáticos para os exportadores portugueses e europeus”.

O acordo estabelece um teto de 15% para tarifas aplicáveis à União Europeia, impede acumulações tarifárias, prevê isenções para produtos como a cortiça, farmacêuticos e aeronáutica, e inclui uma redução das tarifas automóveis de 25% para

15%, retroativa a 1 de agosto. Inclui ainda quotas preferenciais para o aço e o alumínio europeus e maior acesso dos EUA a produtos agrícolas não sensíveis.

Apesar de críticas levantadas por vários grupos políticos quanto à ausência de cláusulas de salvaguarda, Lúcia Pereira considera que o acordo “preserva a autonomia regulatória europeia, protege os bens sensíveis e evita concessões em áreas estratégicas”.

A eurodeputada lamentou, no entanto, que o Parlamento Europeu tenha sido novamente chamado “apenas a tomar conhecimento de um entendimento previamente fechado”, reforçando a necessidade de mais escrutínio democrático em processos de negociação deste tipo.

“Temos de reconhecer os méritos de um acordo que, mesmo limitado, protege setores essenciais da nossa economia, como a cortiça, importante para Portugal. A alternativa seria o caos tarifário e o prejuízo direto para as nossas empresas”, concluiu.

A Comissão Europeia estima uma perda de receita alfandegária na ordem dos 4,7 mil milhões de euros, valor que corresponde a pouco mais de 1% do comércio anual UE-EUA, avaliado em 360 mil milhões de euros.

A eurodeputada reiterou o compromisso do PPE com uma política comercial aberta, mas firme, que defenda os interesses dos cidadãos e empresas europeias e promova um comércio global baseado em regras.

“O RESCEU NÃO PODE CONTINUAR A SER TEMPORÁRIO!”

O eurodeputado do PSD, Sérgio Humberto, sublinha que os incêndios no sul da Europa são cada vez mais devastadores, com florestas destruídas, comunidades afetadas e ecossistemas fragilizados: “Estamos perante um sinal claro e inegável das alterações climáticas.”

Na sessão plenária de Estrasburgo, o deputado membro da Comissão do Ambiente, Clima e Segurança Alimentar, interveio no debate intitulado “Devastadores incêndios florestais no sul da Europa: a necessidade de reforçar a ajuda da UE para restaurar a perda maciça de florestas e melhorar a preparação da UE” e apelou: “A União Europeia precisa de agir antes da catástrofe!”.

Recordou também que o verão de

2025 foi o mais quente e o mais seco desde 1931 e deixou um apelo: “O Resceu não pode continuar a ser temporário, precisamos de uma frota permanente, em especial nos países mais fustigados”.

O eurodeputado agradeceu ainda a todas as pessoas que arriscam a vida a combater os incêndios. “Não esquecemos as vítimas mortais, não esquecemos aqueles que perderam tudo”, afirmou.

O deputado social-democrata considera que deve haver uma mudança de postura nas políticas para a floresta: “É hora de uma política florestal europeia, que proteja as nossas vidas, que proteja as nossas florestas e que proteja o nosso futuro”.

Os especialistas apontam para um “desequilíbrio”: cerca de 90% dos recursos são aplicados no combate aos incêndios e apenas 10% na prevenção.

Até agosto, mais de um milhão de hectares arderam na União Europeia, um número superior ao total anual de 2022. Foram libertadas 37 milhões de toneladas de CO₂, registaram-se prejuízos superiores a 500 milhões de euros e há estudos que apontam para 111 mil mortes anuais na Europa associadas à exposição ao fumo de incêndios florestais.

COIMBRA INSTALA CONTROLO AUTOMÁTICO EM RUAS COM ACESSO CONDICIONADO NA BAIXA

A Câmara de Coimbra investiu cerca de meio milhão de euros para instalar um sistema automático de controlo de entrada e saída de viaturas em ruas já com acesso automóvel condicionado na Baixa da cidade.

“São sistemas automáticos de controlo, com pinos automáticos que são acionados com um sistema de leituras e de reconhecimento de matrículas”, revelou a vereadora com o pelouro da mobilidade da Câmara Municipal de Coimbra, Ana Bastos.

O projeto, financiado no âmbito da iniciativa *“Bairros Comerciais Digitais”*, vai instalar dez pontos de controlos de entrada e saída em ruas já com acesso condicionado a residentes e a comerciantes (para cargas e descargas).

Os pinos serão instalados na Praça 8 de Maio e Portagem (controlando os acessos na Ferreira Borges e Visconde da Luz), assim como nas várias ruas da Baixinha que se acedem a partir da avenida Fernão de Magalhães, após o cruzamento com o futuro troço do *‘metrobus’* (rua da Louça, Simão de Évora, Paideiras, Adelino Veiga e Largo das Ameias), e a rua da Sota, no ponto de entrada a partir da Portagem.

Além de abranger o núcleo central

da Baixinha, haverá ainda dois controlos junto à rua Corpo de Deus e na rua das Figueirinhas (que desce para o café Santa Cruz), onde têm sido registados *“alguns problemas de acesso”* ao Mercado D. Pedro V através daquela rua, explicou Ana Bastos.

De acordo com a vereadora, residentes e comerciantes serão convidados a inscrever-se no sistema, mas o município já tem a listagem *“de muitos deles”*, face à emissão do cartão de residente.

“Haverá uma base de dados onde estarão associadas as respetivas matrículas e depois o sistema, automaticamente, lê a matrícula e abre o pino e podem entrar”, explicou.

Nesta primeira fase e sendo um sistema que o município implementa pela primeira vez, a autarquia pretende identificar dificuldades, condicionantes e queixas e, em função disso, ampliar o sistema para outras zonas.

Caso o sistema funcione, a Alta deverá ser a próxima zona a ser contemplada pela instalação dos pinos, podendo também vir a ser implementado *“em alguns núcleos residenciais que merecem ser defendidos quando têm muita procura, nomeadamente de estacionamento ou tráfego de atravessamento”*, afirmou.

O objetivo do sistema é disciplinar os acessos, para que estas ruas se tornem *“um espaço de fruição urbana, com boa qualidade do ar e em que as pessoas possam circular de forma segura”*.

Face ao funcionamento disponível 24 horas, o município ainda vai definir qual o serviço camarário que irá gerir a central de controle – que assegura a abertura de pinos em caso de avaria ou falha de leitura de matrículas.

Os veículos de emergência médica e polícia terão um cartão que permitirá ativar a entrada em qualquer acesso.

EUGÉNIA LEAL APRESENTA EQUIPA FOCADA EM PLANO PARA A DÉCADA EM VILA FRANCA DO CAMPO

A cabeça de lista do PSD/Açores à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Eugénia Leal, apresentou a equipa com que conta focada “num plano para uma década” na construção de uma “Capital de futuro”.

A candidata social-democrata discursou perante uma plateia de militantes e simpatizantes da sua candidatura que encheu o Mercado Municipal de Vila Franca do Campo.

“Nós vamos mudar o futuro, com trabalho, coragem, ambição e com uma visão estratégica bem definida, com um plano sustentado social, ambiental e economicamente, e sempre aberto a mais contributos”, garantiu.

De acordo com Eugénia Leal, o seu plano de desenvolvimento para Vila Franca do Campo assenta em três pilares fundamentais e sete bandeiras.

Acima de tudo, para a social-democrata, as pessoas e instituições ocupam o primeiro pilar, pois *“os vilafranquenses estão no centro das decisões, desde a habitação acessível, ao reforço da saúde, à educação, à coesão social”.*

Em segundo lugar, deposita na economia local o *“motor do futuro”* do concelho, apostando no crescimento sustentável, *“apoando o investimento, a agricultura, o mar, o turismo”*, criando condições para gerar mais emprego, mais empreendedorismo e fixar os jovens em Vila Franca do Campo.

História e cultura ocupam o terceiro pilar da sua candidatura, destacando *“a identidade única marcada pela sua história, pelo seu mar e suas tradições”*, numa aposta *“na preservação e valorização do património, dos monumentos até às festas populares, apostando em novas abordagens culturais, envolvendo todas as freguesias”.*

Para a candidata à presidência da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, *“são os planos, as intenções, os objetivos, a missão que contam, sen-*

do que a Habitação constitui a primeira bandeira, “enquanto bem básico à vida e ao bem-estar das famílias”.

“Não vamos esperar mais 16 anos para fazer 28 apartamentos para 200 famílias”, garantiu, assegurando que, como social-democrata, no seu programa “todos têm lugar e não só alunos”.

Com Eugénia Leal, *“a Câmara Municipal pode fazer diferença, pode dar o passo em frente e dizer que é a primeira a dar o passo”*, manifestando a sua disponibilidade e cooperação junto dos cidadãos.

A segunda bandeira de campanha prende-se com o apoio às famílias, mas especialmente às suas crianças, apontou a candidata, um desafio ao qual o executivo municipal socialista *“não tem conseguido dar resposta, colocando a responsabilidade no Governo e nas instituições”.*

No programa da candidata social-democrata, também os idosos ocupam lugar de destaque, comprometendo-se com a criação de um cartão sénior 65+, *“com atribuição de descontos e de reduções em serviços hoje essenciais, nomeadamente, em serviços de apoio ao domicílio, em clínicas dentárias, em oftalmologia, nos ginásios”.*

“Estamos aqui para ajudar aqueles que já nos ajudaram toda a vida”, frisou.

Em cima da mesa, estão igualmente a criação de um passe municipal sénior e um serviço de apoio à mobilidade reduzida.

A saúde e o saneamento básico compõem a quarta bandeira de Eugénia Leal, apontado o executivo municipal socialista *“de nada fazer nos últimos anos, senão operações de maquilhagem e empurrar com a barriga para a frente”*, culminando com a proibição de banhos no ilhéu de Vila Franca do

Campo

No campo operacional, a candidata social-democrata indica a criação de um gabinete de apoio como a sua quinta bandeira, de modo a orientar as juntas de freguesia e as instituições locais no acesso a fundos regionais, nacionais ou europeus.

A sexta bandeira de Eugénia Leal é a negociação *“do abaixamento do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis”, uma vez que entende que “os vilafranquenses estão a pagar cada vez mais impostos, mas não veem vantagens na sua vida, no dia a dia”.*

A sétima bandeira prende-se com Ponta Garça, freguesia que conta com 30% da população do concelho e, mesmo com vereadores locais eleitos, foi somente alvo de construção de *“estacionamento para meia dúzia de lugares e do muro de cemitério”*, nos últimos 16 anos.

PSD DESTACA QUE NOVA ESCOLA DA POVOAÇÃO VAI ARRANCAR NA PRESENTE LEGISLATURA

Francisco Gaspar, deputado do PSD/Açores, afirmou que a construção de uma nova escola na Povoação “é uma realidade próxima, que deverá arrancar durante a presente legislatura, conforme o compromisso assumido pelo Governo da Coligação PSD/CDS/PPM”.

“Trata-se de uma velha reivindicação dos povoacenses, que não aconteceu antes porque o Partido Socialista, quer no Governo Regional, quer na Câmara Municipal, funcionou durante muitos anos como força de bloqueio para que não acontecesse a concretização desse novo espaço escolar”, explicou.

“Agora, há um compromisso efetivo e expresso deste Governo dos Açores para construir a nova escola da Povoação”, disse Francisco Gaspar, que falava após uma reunião com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, na Lomba do Loução, que deu arranque às jornadas parlamentares que os social-

-democratas que se realizaram na ilha de São Miguel, com especial enfoque nos concelhos da Povoação, Vila Franca do Campo e Lagoa.

O deputado do PSD/Açores frisou que “já há efetivamente a pronúncia por parte de órgãos importantes, nomeadamente o Conselho Executivo, o Conselho Escolar, bem como toda a Comunidade Escolar, no sentido de que de que a nova escola será uma realidade, e que vai ficar dentro do contexto da Vila da Povoação”.

“Neste momento já foi encetado um conjunto de contatos com os proprietários dos terrenos e espera-se que a temática da nova Escola ganhe contornos efetivos durante esta legislatura”, frisou.

ra”, frisou.

Francisco Gaspar deixou ainda palavras para a Junta de Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, que considerou “uma digna representante do Poder Local, que simboliza, efetivamente, aquilo que é o Poder Local, na plena importância que o mesmo tem para o dia-a-dia das pessoas”.

O social-democrata elogiou, por isso, o Governo da Coligação PSD/CDS/PPM, “liderado por José Manuel Bolieiro, um homem de responsabilidade e que é natural desta freguesia”, como sendo “um Governo amigo do Poder Local”, reconhecendo, desde logo, “os grandes ganhos que as autarquias tiveram com este Executivo”,

havendo claramente “um antes e um depois desta nova realidade regional”.

“Quer as Juntas de Freguesia, quer as Câmaras Municipais, independentemente da sua cor política, têm tido, deste Governo Regional, a mesma atenção e não a atitude discriminatória que existia no passado pelos governos do Partido Socialista”.

Educação, Infraestruturas, Agricultura, Pescas, Ação Social e Saúde constituíram os temas centrais das Jornadas Parlamentares que, até sexta-feira passada, ocuparam as atenções dos deputados do PSD/Açores.

RÚBEN CABRAL QUER SERVIR A LAGOA E APRESENTA-SE PARA MANDATOS COMPLETOS

Rúben Cabral, candidato do PSD/Açores a presidente da Câmara Municipal da Lagoa, reiterou sábado, 6 de setembro, que se apresenta “a mandatos completos para servir a Lagoa” e colocá-la “rumo ao desenvolvimento que se impõe a uma cidade”.

O cabeça-de-lista aos órgãos autárquicos às eleições de 12 outubro apresentou a sua candidatura sábado perante uma plateia que encheu os claustros do Convento dos Franciscanos, em Santa Cruz, sua terra natal.

“Este momento marca o início de um novo ciclo, então automática e simultaneamente marca o fim de outro ciclo”, venceu, acrescentando tratar-se de uma *“hora de apresentar um partido renovado, plural e assente nos pilares da social-democracia”.*

“Não me lembro de ver uma lista candidata a este órgão tão plural, tão capaz tecnicamente, com toda a sensibilidade social, económica e ambiental e com uma garra e coragem ímpares na política local”, assegurou.

Segundo Rúben Cabral, o projeto que coloca em cima da mesa *“é focado no único propósito para o qual foi criado: servir a democracia da Lagoa, servindo as suas pessoas para que todas possam atingir a sua plenitude pessoal e comunitária”.*

“Não caímos na tentação de apresentar um manifesto típico de uma ‘check list’ de obras e medidas avulso e desconectadas entre si”, como faz o PS que apresenta um programa para 10 anos, *“com o objetivo de fazer dois mandatos e meio, para que o próximo tenha mais facilidade em ganhar eleições”,* sublinhou.

De entre os 13 eixos prioritários do programa, Rúben Cabral destaca seis, começando pela História, Identidade e Cultura, seguindo-se Saúde, Segurança e Proteção Civil, a Habitação, a Valorização da Orla Costeira, a

Mobilidade Urbana, e por fim, a Economia Local.

Como lagoense nascido em Santa Cruz, morador no Rosário e casado em Água de Pau, o candidato à presidente da Câmara Municipal da Lagoa lamenta, a título de exemplo, que a primeira fábrica de Cerâmica Vieira, edifício com mais de 150 anos esteja à venda.

“Seria um presidente envergonhado se continuasse a ver à venda este edifício histórico”, observou, advertindo para a urgência de se proceder *“à revisão do modelo de contratos programa com as coletividades local”,* sendo hoje o terceiro município de São Miguel que menos investe em cultura e desporto, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística.

Rúben Cabral deixou *“bem claro”* ser *“a única candidatura que defende que*

a Lagoa deve ter a sua própria corporação de bombeiros e respetivas instalações”, apontando que o concelho *“não é uma sucursal dos outros municípios”.*

O candidato comprometeu-se com *“acesso igualitário à habitação condigna, pois garante um direito humano fundamental ao proporcionar segurança e bem-estar e ser alicerce para a saúde, para a educação e para a inclusão social”.*

“Não compete à câmara excluir classes sociais no acesso à habitação social”, afirmou, assumindo o PSD como um *“partido interclassista que, por um lado, rejeita a exclusão social e por outro lado, promove a inclusão social”.*

O social-democrata quer ainda *“a valorização da orla costeira através proteção ambiental, qualidade de vida local e o desenvolvimento económico”,* desde a Rocha Quebrada à Caloura.

“Se queremos ‘virar a Lagoa para o mar’ não podemos ser uma câmara que apresenta projetos discordantes do próprio Plano Diretor Municipal ou com projetos de jardinagem como já fizeram na Baía de Santa Cruz”, indicou

Rúben Cabral considera igualmente que *“uma boa mobilidade urbana é essencial para a qualidade de vida dos lagoenses, pois melhora o acesso a empregos, à educação e serviços, além de reduzir desigualdades sociais, tempo de deslocação e, até, a necessidade de levar transporte próprio para os centros urbanos”.*

Por último, advoga uma *“economia local vital na criação de empregos e retenção da riqueza criada dentro da comunidade local, promotora do bem-estar social, potenciando ciclos económicos virtuosos”.*

Número 671 • 26 DE AGOSTO DE 1987 • Preço 30\$00

Povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vitor Crespo

PROGRAMA DO GOVERNO É HOJE APRESENTADO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O plenário dos ministros do XI Governo Constitucional

COMPLETADO O ELENCO DO XI GOVERNO CONSTITUCIONAL SECRETÁRIOS DE ESTADO

Teresa Gouveia.
Ministro da Defesa Nacional — Eugénio Ramos.
Ministro da Justiça — José Borges Soeiro.
— Rui Carp.
— Manuel Carvalho Fernandes.
Fiscais — José de Oliveira Costa.
Ação Local e do Ordenamento do Território — Nunes Liberato.
Planeamento e Desenvolvimento Regional — Isabel
Ambiente e dos Recursos Naturais — José Macário
Ciência e Tecnologia — Eduardo Arantes e Oliveira.

Adjunto do Ministro da Administração Interna — José de Oliveira Lobo.
Negócios Estrangeiros e da Cooperação — Durão Barroso.
Comunidades Portuguesas — Correia de Jesus.
Adjunto do Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação — Arlindo Cunha.
Alimentação — Luís Morais Cardoso.
Agricultura — Alvaro Amaro.
Pescas — Jorge Godinho.
Indústria — António Fernandes de Sousa.
Energia — Nuno Ribeiro da Silva.
Adjunto do Ministro da Educação — Alarcão Troni.
Ensino Superior — Alberto Ralha.
Reforma Educativa — António Ribeiro.

Vias de Comunicação — Falcão e Cunha.
Construção e Habitação — Elias da Costa.
Transportes Interiores — Carlos Costa.
Transportes Exteriores e das Comunicações — Eduardo Correia de Matos.
Adjunto da Ministra da Saúde — Joaquim Faria e Almeida.
Administração da Saúde — Fernando Costa Freire.
Emprego e Formação Profissional — Bagão Félix.
Segurança Social — Luís Filipe Pereira.
Comércio Interno — Jorge Mendes Antas.
Turismo — Licínio Cunha.
Comércio Externo — Miguel Horta e Costa.
Adjunto do Ministro Adjunto e da Juventude — Albino Soares.

EDIÇÃO N.º 671 do “Povo Livre” | de 26 de agosto de 1987

“Programa do Governo é hoje apresentado na Assembleia da República”.

CONVOCATÓRIAS PSD

RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do PSD do Entroncamento para uma Assembleia de Secção a ter lugar no dia **27 de setembro de 2025, pelas 14h30**, na sede local do PSD, sita na Rua Almirante Reis nº64, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

CONVOCATÓRIAS JSD

RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

ERRATA

VIII CONGRESSO DA JSD DISTRIAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Congresso da JSD Distrital do Porto, para reunir no próximo dia 20 de setembro de 2025 (sábado), pelas 14h00, na Junta de Freguesia de Paranhos, sita na Rua Álvaro de Castelões 811, 4200-047 Porto.

BRAGA

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia da JSD de Braga, para reunir no próximo **dia 23 de setembro de 2025 (terça-feira), pelas 21h30**, na sede do PSD Braga, localizada no Largo da Senhora-a-Branca, n.º 116, Braga, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros Assuntos.

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Figueiró dos Vinhos, para reunir no **dia 18 de outubro de 2025 (sábado), pelas 10h00**, na Sede do PSD Figueiró dos Vinhos, sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, nº9, 3260-424 Figueiró dos Vinhos, com a seguinte ordem de trabalho: Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Figueiró dos Vinhos.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 10h00 e as 12h00. As listas terão que ser entregues em papel ou por via digital para mesajsddistritalleiria@gmail.com, até às 23h59, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD Figueiró dos Vinhos, sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, nº9, 3260-424 Figueiró dos Vinhos.

PONTE DE LIMA

Nos termos dos Estatutos e Regulamentos da Juventude Social Democrata, a Mesa da Assembleia Distrital da JSD Alto Minho vem, por este meio, convocar todos os militantes da Concelhia de Ponte de Lima para a Assembleia Eleitoral, que terá lugar no próximo **dia 18 de outubro de 2025 (sábado), pelas 18h00**, na Sede do PSD/Ponte de Lima sita na Praceta Dr. Vieira Araújo, n.º 24, 4990-064 Ponte de Lima, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Ponte de Lima.

Notas: As urnas estarão abertas das 18h00m às 21 horas. A entrega das listas (em papel ou por via digital para jsddistritallal-tominho@gmail.com) deverá ser à Presidente da Mesa Distrital ou a quem estatutariamente a substitua até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.